

LIVROS

A PARTE QUE NOS COUBE

Seqüências brasileiras, de Roberto Schwarz. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, 250 pp.

Milton Ohata

Se a passagem do tempo exige muito de muitos, creio que só foi favorável aos escritos de Roberto Schwarz, cuja clarividência é resultado de um diagnóstico feito em parte há trinta anos. Com algumas hesitações de percurso, veio desde então se afirmando este ponto de vista, que consistia, no básico, em tirar conseqüências estéticas dos impasses nacionais tomados como cifras dos impasses do capitalismo contemporâneo.

Seu juízo tomava pé no fim de um ciclo histórico em que a industrialização acelerada da periferia ativara no país as expectativas políticas do campo popular, exigindo a mudança na correlação de forças entre as classes sociais e apontando para uma integração nacional (que até segunda ordem não ocorreu) retardatária mas democrática. Como ideal dos que desejavam este progresso, a Soberania dos Povos confrontando o Imperialismo. Nessas décadas adensou-se o debate sobre nossa "dualidade" — que separava de um lado o Brasil atrasado do latifúndio em aliança com o imperialismo, a superar, e de outro o Brasil industrial e modernizador da burguesia e do operariado nacionais.

O golpe de 1964 e o endurecimento de 1968 vieram jogar água na fervura e desmanchar à força as promessas do período anterior, confirmando a posição subordinada do Brasil no quadro da Guerra Fria, fato que entretanto não impediu um acelerado crescimento econômico. O jogo de cena da reação, cujo propósito era promover a modernização conservadora do país, incluiu "a revanche da província, dos pequenos proprietários, dos ratos de missa, das pudibundas, dos bacharéis em lei, etc.", formando uma combinação *sistemática* "das manifestações mais avançadas da integração imperialista internacional e da ideologia burguesa mais antiga — e obsoleta — centrada no indivíduo, na unidade familiar e em suas tradições". Junto à presença popular semi-integrada pela urbanização, estes arcaísmos deixaram portanto de ser resíduos

(à luz do processo anterior) e passaram a girar em outra órbita, talvez a que pese mais. À primeira vista um disparate, neste "desacerto porém está figurado um abismo histórico real, a conjugação de etapas diferentes do desenvolvimento capitalista"¹. Neste passo, Roberto apoiara-se bastante nos estudos do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, os quais também concluíram, às vésperas do golpe de 64, que nossa dualidade não era apenas uma questão interna. A história recente mostrara seu vínculo com a chamada dependência, entendida, segundo Paulo Arantes, como o desenvolvimento do descompasso estrutural expresso pela dualidade — ou seja, "a razão de nosso modo de ser dual está nos avanços do capital e não numa compartimentação local idiossincrática"². Por esse prisma, o atraso não seria somente atraso, pois passava a desqualificar o progresso, além de ser desqualificado por ele. Este impasse da história brasileira tem implicações para além dela mesma, pois acabou por mostrar o lado rígido e imóvel do extraordinário dínamo que é o capitalismo contemporâneo. A façanha de Roberto tem sido a de tirar conseqüências deste fato para a cultura brasileira, notadamente em suas análises de Machado de Assis³.



Depois do grande livrinho *Duas meninas* (1997), Roberto Schwarz volta à praça com *Seqüências brasileiras*, que reúne escritos publicados ao longo de 1988-98. Seus ensaios — sempre explosivos, embora discretos — gostam de arriscar por caminhos inesperados, inimigos de hierarquias preestabelecidas, sem pejo diante de mitologias e derivados, para além de técnicas e manias próprias às especializações. No território desalienador do moderno, o interesse vivo pode estar no diário de

(1) Schwarz, Roberto. "Cultura e política, 1964-1969". In: *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

(2) Arantes, Paulo E. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 89. Ainda que o diagnóstico estivesse correto, Roberto errou nas conseqüências a tirar (como ele próprio admitiu pouco depois), prevendo um desfecho revolucionário para os impasses de então.

(3) Em *Seqüências brasileiras* as análises da obra de Machado são retomadas explicitamente em "A contribuição de John Gledson", "A nota específica", "Um mestre na periferia do capitalismo (entrevista)" e "Conversa sobre *Duas meninas*".

uma menina, no romance de um músico popular ou no livro polêmico de um motorista de táxi. E na consideração em conjunto ou no confronto entre eles.

Assim, por exemplo, na análise da poesia incommon de Francisco Alvim (poesia sem metáforas!). Diante do mais delicado dos artefatos, um comentário banal tentaria sublinhar a originalidade de um timbre pessoal, a virtuosidade ao referir poéticas ou lidar com um repertório de técnicas. E ponto. Sem negar tais dimensões, a análise de Roberto acrescenta-lhes outras, chamando à terra e apontando que nestes poemas "o que é dito é fácil e quase nada, mas o conjunto, formado pelas vozes que contracenam, tem a complexidade da própria vida e esboça algo como uma fragmentária comédia nacional, interior e exterior" (p. 206), mas sempre com possíveis implicações contemporâneas de raio mundial.

Se nestes ensaios a surpresa de movimentos é recorrente, precisamos ler uns à luz dos outros para notar a coerência do trabalho crítico pressuposto, uma constante menos palpável e mais forte. Em *Seqüências brasileiras* essa constante chegou a uma plenitude que dá à atividade crítica de Roberto um sentido que apenas divisávamos nos livros anteriores. Linhas atrás vimos que seu ponto de vista foi armado graças à revelação de um movimento histórico de fundo, que esvaziaria e redefiniria a experiência anterior de uma sociedade inteira, cifrando impasses para além dela mesma. O fato apurou em Roberto o sexto sentido para outros esvaziamentos. Digamos que o autor tem concentrado suas observações na deriva das mobilizações (econômicas, sociais, políticas, culturais) do pré ou do imediato 1968, todas progressistas é certo, mas hoje enfraquecidas ou relativizadas pela carreira do capitalismo contemporâneo — o conjunto formando *matéria organizada* à disposição de quem lhe interprete.

Neste espírito é analisada a prosa ficcional de Jean-Claude Bernardet, que Roberto entrança a princípio numa tradição bem francesa, a das "confissões do inconfessável, para a qual o valor da arte não se separa do risco — em sentido forte — incorrido na procura da verdade pessoal, sobretudo no terreno do sexo" (p. 189). Contudo, na travessia do Atlântico o gênero teria sofrido uma refração. Se na Europa buscava combater a hipocrisia burguesa, a carapaça do pai de família bem-posto e composto, no Trópico e sobretudo "num país de sexualidade gregária e publicitária como o

Brasil" (formada na brutalidade da vida colonial), a estridência possível dá lugar a uma sobriedade narrativa inédita entre nós.

O crítico faz uma descrição minuciosa do romance e das situações do enredo, ligadas à afirmação discreta de uma identidade homossexual num ambiente de imigrantes franceses, dominado pela figura rígida do Pai. No livro, entretanto, feitas as contas, "as energias de toda ordem, morais, intelectuais e outras, formadas na luta contra um preconceito basilar, se esgotam de maneira intrascendente. Na mesma linha, note-se a parcimônia e a falta quase completa de consequência para a narrativa com que aparecem, aqui e ali, indicações referentes à história política do século. [...] O tratamento sumário dado a estas indicações responde, à distância, ao já notado efeito modesto da emancipação da homossexualidade, com o qual compõe uma figura. Através desta o livro alude ao tempo e nos diz que episódios tremendos, onde se desencadearam forças e esperanças máximas, acabaram por se reduzir a marcas na vida privada" (pp. 197-198). Roberto parece perguntar: seria exagero juntar a essa experiência contada no livro a maior parte do que um dia confrontou o *establishment*? Poder ultrajovem, guarda-roupa hippie, parte do ecologismo, psicoterapias alternativas, imagens vendáveis da revolução, drogas e desbunde estão hoje pacificamente combinados a indústria cultural, gravata, direitos do consumidor, astrologia, estética de videoclip, cartão de crédito etc.⁴. As transgressões de cá não transgridem como lá, não transgridem mais como outrora, além de não somarem para a superação que importa.

De 1968 para cá nos acostumamos às conquistas relativas na esfera do comportamento. Mas *Seqüências brasileiras* trata também de um progresso de outro âmbito e complexidade, que também nos diz respeito e teria ficado a meio caminho: o dos esforços do desenvolvimentismo na periferia do capitalismo. Sua periodização, seus problemas e seus desdobramentos no melhor da cultura brasileira são matéria para reflexão na maior parte destes ensaios. Note-se que o autor passa ao largo dos debates sobre método e sempre descreve com precisão as estruturas das obras que comenta, o mesmo valendo para as

(4) Algo disso podemos sentir na bela evocação "Pensando em Cacaso". O poder de fogo da arte moderna e seus derivados também entraria nesse pacote de esvaziamentos? A pergunta se encontra na arguição a Oflia Arantes (p. 204).

intenções dos autores — mas ambas são sempre vistas como que em negativo.

No mês em que o golpe de 64 fazia trinta anos, Roberto pôde reafirmar a justeza de seu tino histórico, apontando as ilusões de nosso desenvolvimentismo por meio de um balanço do período ("Fim de século"). Entretanto, o critério usado para datar e compreender não se limitou à seqüência usual "democracia-ditadura-redemocratização", no espaço interno do Estado de Direito e da cidadania caçada. A seqüência existiu mas corria numa outra órbita, a considerar, já que a ditadura suprimira o que havia de democrático no nacionalismo desenvolvimentista, mas este "depois de uma curta interrupção — um momento inicial de submissão direta aos interesses norte-americanos — voltava e até se intensificava, agora sob direção e com características de direita. A tal ponto que uma fração da intelectualidade, mais desenvolvimentista e antiimperialista que democrática, acompanhou com certa simpatia o projeto dos generais de transformar o Brasil numa grande potência" (p. 158).

Hoje sabemos que na periferia do capitalismo existiram estratégias democráticas e ditatoriais, à esquerda ou à direita, na tentativa de alcançar o desenvolvimento. Sabemos também dos seus limites objetivos que, a despeito da diversidade de vias, foram percebidos ao longo dos dois choques do petróleo, da crise da dívida, da dinâmica da Terceira Revolução Industrial, "que somados levantaram uma muralha e transformaram a paisagem" (p. 158).

Em parte indiferente a regimes políticos abertos ou fechados, "o desenvolvimentismo arrancou populações a seu enquadramento antigo, de certo modo as liberando, para as reenquadrar num processo às vezes titânico de industrialização nacional, ao qual, a certa altura, ante as novas condições de concorrência econômica, não pôde dar prosseguimento. Já sem terem para onde voltar, estas populações se encontram numa situação histórica nova, de *sujeitos monetários sem dinheiro*, ou de ex-proletários virtuais, disponíveis para a criminalidade e toda sorte de fanatismos" (pp. 159-160). Este o saldo que a redemocratização e duas "décadas perdidas" infelizmente não teriam conseguido solucionar, a despeito de Constituição-cidadã, políticas econômicas keynesianas e neoliberais etc. Para os que não apostam na barbárie, a tarefa inconclusa da incorporação dos excluídos que nunca foram incluídos continua um imperativo, passados mais de cem

anos da abolição da escravatura. Para complicar, o conjunto de exigências da economia atual desgraçadamente "se compõe à maravilha com o nosso descaso secular pelos pobres. Em seu 'despreparo', estes estão deixando de interessar até como força de trabalho quase gratuita" (p. 162).

A herança colonial continua e é o dado incontornável, gostemos dela ou não, de qualquer projeto que nos leve à modernidade. Para Roberto contudo esta é tomada quase sempre como norma abstrata, o que limita muito o exercício da crítica. O problema não estaria na "marcha do mundo, mas apenas na nossa posição relativa dentro dela" (p. 161). Encarada com realismo, entretanto, a modernização tem história, não é uma velhinha benigna e nela "possivelmente não haja lugar para nós, e muito menos para todos" (p. 161).

Diante da desagregação presente (para os apologistas, "destruição criativa"), Roberto conclui o panorama perguntando pelo significado de uma cultura nacional "que já não articule nenhum projeto coletivo de vida material", sendo apenas "estetização consumista das aspirações à comunidade nacional" (p. 162). Um verdadeiro programa de estudos para o próximo século, se o país ainda teimar em existir.



Brasil — a construção interrompida. O título de um livro de Celso Furtado, publicado em 1992, é bastante sintomático e indica talvez um fim de linha histórico. Antigamente, quando a modernização do país de passado colonial prometia um final feliz, o processo inspirava um verdadeiro gênero, com autores e editoras empenhados servindo a leitores cativos. Livros que apresentavam o Brasil aos brasileiros e tentavam explicar nossa formação, travejada pelas raízes coloniais. Roberto nota as dificuldades em retomar o gênero no presente, diante do andamento das coisas. Quais então o sentido e a relevância deste processo coletivo de acumulação intelectual, que durante décadas perguntou por nosso passado e nosso futuro? A questão está implícita num bom número de ensaios do livro, mas as respostas, como veremos, variam muito diante de cada autor analisado. Permitem aproximar autores tão diversos como Alfredo Bosi e Paulo Arantes, que retomaram o gênero "formação" ainda há pouco. Permitem uma visão crítica do marxismo uspiano, que também

buscou explicar a formação do país e foi fundamental para a ensaística do próprio Roberto. E também permitem avaliar o estatuto muito próprio e superior da obra de Antonio Cândido na tradição do gênero.

"Discutindo com Alfredo Bosi" é um dos pontos altos do livro e comenta em detalhe a relevância de *Dialética da colonização* (1992), o qual tenta uma interpretação nova da história brasileira, de Anchieta aos idealizadores do Estado varguista. O ponto de vista articulava a erudição e o espírito democrático de Bosi ao amplo movimento dos católicos inconformados, que desde os anos 1960 tem voz no debate público do país. Essa liga especial torna o livro importante, pois, dada a inserção da Igreja no universo dos despossuídos, "longe de significar a vitória da razão, que nalgum momento pode ter sido, a ausência do prisma católico no debate político-cultural é uma fraqueza deste, um sinal de representatividade precária" (p. 62).

Não cabe aqui comentar em detalhe a leitura minuciosa que Roberto faz de *Dialética da colonização*. Há divergências explícitas quanto à análise propriamente literária, à função do ideário liberal em nosso século XIX, à contribuição positiva da cultura popular na construção do país e ao uso católico do marxismo. No básico, a objeção maior fica por conta da retomada de um gênero quando as condições que o tornaram possível parecem, salvo engano, ter deixado de existir.

O livro de Bosi estaria ancorado num amplo movimento social que teve seu auge nos anos 1970, tomando como princípio a solidariedade aos oprimidos no quadro da ditadura. O ponto de fuga seria um país formado e mais democrático. Mas Roberto não se limita a essa vertente intelectual da esquerda e aponta as dificuldades do pólo oposto, o da torre de marfim materialista, que em boa parte deriva de seu próprio trabalho. Avesso ao espírito de igreja-nha, nota que o gênero da "formação" encontra dificuldades também no livro de Paulo Arantes, *Um departamento francês de ultramar*, publicado dois anos após o de Bosi e composto em espírito bastante diverso (aqui a experiência local cifra os impasses no centro do capitalismo). A inspiração veio do clássico *Formação da literatura brasileira*, o livro de Antonio Cândido que historia o processo de criação de um sistema literário no país, o qual passou a filtrar as vogas vindas da Europa. "Paulo adaptou a fórmula e escreveu uma história dos paulistas no seu desejo de construir uma cultura

filosófica. O processo descrito por Cândido entretanto vai de 1750 a 1870, recuo no tempo que faz diferença e permite ao Autor tratar com amenidade as ironias da situação. Já o processo estudado por Paulo é quase contemporâneo" (p. 208). Fato que obriga Arantes a se considerar "parte das contradições e alienações" que descreve.

Outra dificuldade decorreria do papel muito desigual de literatura e filosofia na cultura do país. Como processo formativo correndo em paralelo e em relativo descompasso com os outros, a segunda talvez renda menos. Veja-se a análise da efêmera filosofia literária de Bento Prado Jr., em que se tira leite de pedra, "de modo que se pode dizer que Paulo mobilizou conhecimentos e acuidade em escala notável para explicar algo que quase não veio a ser" (p. 211).



Alfredo Bosi e Paulo Arantes retomaram há pouco um gênero que se firmou nas primeiras décadas do século XX. Depois da safra explicativa dos anos 1930 e 1940, uma segunda fornada de interpretação do Brasil ocorreu na virada dos anos 1950 para os 1960. Nela estão mais claros os limites do desenvolvimentismo, mas ainda assim ele marca presença, como notará Roberto. "Um seminário de Marx" pode ser filiado a "Digressão sentimental sobre Oswald de Andrade", invenção de Antonio Candido que tem a consistência de uma forma literária própria, juntando "depoimento exato e análise", mas limpa da nostalgia e da autocomplacência comuns nos sessentões. O ensaio de Roberto resume de modo crítico a trajetória intelectual de um grupo de professores uspianos, de diferentes áreas, que em 1958 se reuniram para ler *O capital* favorecidos pela clima heterodoxo da época. Roberto terminava sua graduação em ciências sociais, mas, precoce, participou da experiência. Esta foi rendendo frutos nos anos seguintes e resultou numa "idéia que não é exagero chamar uma intuição nova do Brasil [...]. Sumariamente, a novidade consistiu em juntar o que andava separado, ou melhor, em articular a peculiaridade sociológica e política do país à história contemporânea do capital cuja órbita era de outra ordem" (p. 93).

Embora louvando a inventividade notável dos trabalhos do grupo, inclusive em relação ao próprio Marx, a objeção básica de Roberto foi instruída pelo

andamento da história recente e centra o foco no desenvolvimentismo presente nos livros de seu ex-professor Fernando Henrique Cardoso. A pimenta fica por conta dos elos que Roberto aponta entre o acadêmico e o político. O raciocínio sobre a dependência teria guiado FHC em sua trajetória de homem público, inclusive em seus capítulos mais recentes como o de seu atual mandato. Contudo, ainda que acentuando de maneira notável os limites do desenvolvimentismo (FHC não considerava que a história das nações fosse apenas a história das nações, mas a história do capitalismo), "a agenda local, de superação do atraso por meio da industrialização", tornava este marxismo um tanto "abstrato e acanhado em relação ao curso efetivo do mundo", preocupado mais com o futuro do Brasil do que em criticar o capitalismo. Afinal, Marx não escrevera *O capital* para salvar a Alemanha.



Não é segredo para ninguém que a trajetória de Roberto nutriu-se da reflexão contínua sobre a obra de Antonio Candido, de que dão mostra aqui os quatro ensaios dedicados ao mestre. Eles formam a primeira parte de *Seqüências brasileiras* e são decisivos para entendê-las (veremos adiante por quê). O primeiro, "Saudação *honoris causa*", abre o livro e tem a simplicidade que só poderia resultar da lida constante com a obra do mestre, traçando-lhe a biografia intelectual de maneira sóbria, a anos-luz das laudações vazias. Os ensaios seguintes centram o foco em dois pontos que fizeram única a obra de Candido, sempre empenhada em discernir as relações (variadíssimas e esclarecedoras) entre estruturas literárias e processos histórico-sociais.

"Sobre a *Formação da literatura brasileira*" foi originalmente anexo a um ensaio de Paulo Arantes⁵, mas chamar-lhe de anexo é pouco, pois trata-se aqui simplesmente de situar o clássico de Candido na tradição das demais "formações", apontando porém sua peculiaridade decisiva, ligada à história de seu objeto. Ao contrário dos clássicos de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Caio Prado Jr. e Celso Furtado, o de

Candido tratava de "historiar uma formação que já se havia completado [com o surgimento de Machado de Assis]" (p. 18). Desmanchando os equívocos de que até hoje o livro é vítima, Roberto mostra que nele "o nacionalismo literário é entendido como força e finalidade efetiva, a que no entanto o crítico, sendo aliás internacionalista convicto, não adere. Este lhe reconhece produtividade até certo momento, a dimensão de progresso relativo, o que não impede de lhe notar e objetar também as funções de encobrimento ideológico, de imposição de padrões de classe, além da indiferença à qualidade estética, 'defeitos' assinalados com uma ironia peculiar, que é ela mesma um achado literário, a condensação feliz de um prisma estético-político substantivo. O ponto de vista é diferenciado e sem mitos: depois de ter sido uma aspiração, a formação do sistema literário brasileiro é um fato, com vantagens e vícios a especificar. A constituição local de um campo no qual as questões contemporâneas se podem articular com propriedade representa um passo muito considerável que no entanto não faz a diferença *total* imaginada em concepções mais enfáticas do futuro nacional" (pp. 18-19). Ou seja, para dizer o óbvio nem sempre levado em conta, as periodizações das várias "formações" (política, literária, econômica etc.) não coincidem. "Os sete fôlegos de um livro" (p. 46) também aponta a peculiaridade de *Formação da literatura brasileira* e sua parte final analisa cinco dos possíveis sentidos do termo "formação" hoje.

Com "Adequação nacional e originalidade crítica", Roberto complementa seu próprio "Pressupostos salvo engano de *Dialética da malandragem*" (1979), os quais comentam as leituras feitas por Antonio Candido de dois romances brasileiros do século XIX, *Memórias de um sargento de milícias* e *O cortiço* — leituras em que a forma literária é considerada de um modo que foge dos lugares-comuns, não estando fora do mundo nem refletindo-o simplesmente, mas tendo em comum com ele estruturas nem sempre percebidas pelo próprio romancista e que cabe ao crítico identificar.

Atendendo a um ideal de dialética inédito entre nós até então, estes ensaios de Candido complementam no mesmo passo em que divergem de *Formação da literatura brasileira* (note-se que foram escritos após 1964 e o aborto das aspirações democráticas do período anterior). Complementam pois formam o que Roberto vem chamando de

(5) "Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo". In: D'Incao, Maria Ângela (org.). *Dentro do texto, dentro da vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Depois publicado em Arantes, Otilia e Arantes, Paulo E. *Sentido da formação*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

"paisagem subterrânea da *Formação*", processos que correm por baixo da "aliança de esforço artístico e missão nacional", simpática até certo ponto mas sempre consciente e algo edificante. A divergência fica por conta das revelações nem sempre abonadoras (O *cortiço*, por exemplo, promoveria um ponto de vista patriótico muito antipático), presentes nos romances como que à revelia das intenções dos autores, a parte da inconsciência pesando mais.

A análise do romance de Aluísio de Azevedo, em paralelo com *L'assomoir* de Zola, prova que "a demonstração de que mesmo um texto naturalista é filho de outros textos e não nasce da simples consideração do mundo não quer dizer que o momento da consideração não exista. Contra a idéia pré-moderna (mas afinada com a mídia) da procriação das obras pelas obras, numa espécie de vácuo social, sem referência a realidades extra-textuais, o argumento de Candido nos mostra o reaproveitamento de assuntos e formas no campo de gravitação de outra experiência histórica, a qual incide e pode revitalizar ou estragar um modelo, transformando-o com ou sem propriedade, e em todo caso teleguiando a sua reorganização e imprimindo-lhe algo de si" (p. 26).

Ao contrário do que preceitua o naturalismo, em O *cortiço* o enfoque narrativo (o do "freguês endividado de empório") tem existência extra-literária e pressupõe um sistema social em funcionamento — de que é parte importante, no caso marcado pelo escravismo. Até aqui, o mesmo valeria para as *Memórias de um sargento de milícias*. Contudo, para Roberto o principal do ensaio está em acompanhar o rendimento literário do enfoque, na relação complexa entre o movimento do romance e seu sistema de noções (ideológicas e de escola literária). Assim, o dinamismo da intriga "não só não confirma, como inflige um desmentido incisivo ao sistema em primeiro plano no romance. No que depende de apreciações formuladas, este último descansa em estereótipos naturalistas, quanto à raça e ao clima, e nacionalistas, quanto ao ex-colonizador. Ora, as polaridades correspondentes, entre negro e branco, trópico e Europa, brasileiro e português, que organizam e dão colorido de ciência ao espetáculo, são desconsideradas e derrubadas pelo curso da ação igualmente claro [que expressa o ritmo de acumulação do capital num país periférico]" (p. 37).

À primeira vista, esta discrepância poderia ser considerada apenas defeito de composição. "Desautorizadas pelo enredo, as perspectivas naturalistas e

nacionalistas fariam figura de um palavreado vazio, que são em parte. Mas podem ser entendidas também como *ideologia*, quando então a composição discrepante adquire funcionalidade crítica e *valor mimético* em relação ao país" (p. 38). Antonio Candido portanto não toma literatura, história e teoria literária como absolutos, mas em seus desdobramentos reais. Se num momento anterior a 1964 descreveu de fora um processo formativo com começo, meio e fim, no momento seguinte, e por sugestão da história, passou a descrever seu avesso. Fato que o diferencia muito na tradição do gênero "formação". A propósito, creio que, junto à obra de Adorno, "De cortiço a cortiço" (muito mais complexo que "Dialética da malandragem") vem inspirando todos os livros de Roberto de 1973 para cá. Creio que em *Seqüências brasileiras* isso pode ser visto plenamente e não só na consideração do significado de nosso processo formativo mas também no estilo de análise, que busca num primeiro momento identificar as intenções dos autores para depois acompanhar seu desempenho efetivo no interior das obras. Desempenho que pode trazer revelações inesperadas, à revelia das intenções iniciais.



Se os progressismos na esfera do comportamento e na esfera nacional foram esvaziados pelo andamento da história, a complexidade aumenta quando Roberto busca analisar as insuficiências da própria esquerda, ou dos pontos de vista da classe que, em tese, promoveria a virada para uma sociedade igualitária sem classes, sem Estado e sem fronteiras nacionais⁶. Além de problema no âmbito prático, o déficit crítico também é questão estética e principalmente quando se fala no artista que, mais do que subscrever as teses da esquerda, procurou responder com arte à altura delas. Bertolt Brecht havia organizado sua obra de modo a superar os impasses formais do drama burguês, abrindo para o teatro possibilidades novas de figuração, que dessem conta das questões candentes do século, com suas crises, classes e guerras. Assim como Marx procurara desnaturalizar as leis da economia política, Brecht pretendeu fazer frente ao teatro que encenava a "natureza humana" como algo de imutá-

(6) Sobre o radicalismo político no Brasil, ver "Nunca fomos tão engajados".

vel, usando como arma a técnica do distanciamento para desautomatizar condutas sociais, abrindo espaço para a transformação futura.

Contudo, Roberto nota que os preceitos de Brecht sofreram objeções logo ao nascer, pois o conjunto da ordem social imobilista, que em tese lhe resistiria, já na I Guerra Mundial caiu por terra. "Os anos seguintes assistiram a outros cataclismos igualmente 'antinaturais', além de inéditos, que agravaram o abalo. A lista é conhecida: revolução russa, hiperinflação, crise de 29, desemprego e subida do nazismo" (pp. 116-117). Atravessando tudo isso, o teatro brechtiano é consagrado por toda parte após a morte do autor, em 1956. Roberto testemunhou sua aclimação nos palcos paulistanos, onde inicialmente foi a parte algo incômoda de um pacote atualizador das boas companhias profissionais. Logo a seguir, o nacional-desenvolvimentismo irá possibilitar uma apropriação de Brecht em parte criativa e muito reveladora, pois travejada na verdade por uma formação sociocultural diversa do quadro de classes europeu — o que trouxe resultados artísticos menos mordentes, ainda que avançados nos palcos brasileiros. Após o golpe de 64, "a ida estético-política ao povo refluía para a condição de experimento glorioso e interrompido, que continuaria alimentando a imaginação de muitos, ao mesmo tempo que noutro plano se transformava em matéria de êxito no mercado cultural"⁷.

Mundo afora, a despeito das revoluções chinesa e cubana, o andamento da história congelou a possibilidade de superação do capitalismo — em que apostara a arte de Brecht —, o qual, associado à ciência, deu um salto inédito e levou a melhor sobre o mundo socialista, passando a prescindir cada vez mais da exploração de mão-de-obra. "O questionamento do capital parece já não estar a cargo dos trabalhadores, mas das contradições dele próprio, que evolui sem adversário de peso equivalente. O ímpeto da inovação, bastante às cegas e num ritmo de feira tecnológica, em que a desnaturalização adquire algo de desmesurado, de calamidade da natureza, está com o dinheiro" (p. 129). Como se não bastasse, muito dos procedimentos brechtianos é hoje largamente usado pela publicidade e pela mídia, tornando impossível seu uso inocente.

(7) O período também é analisado em "Pelo prisma do teatro", comentário a *A hora do teatro épico no Brasil*, de Iná Camargo Costa.

Mas o ensaio não apenas acompanha os altos e baixos desconcertantes da atitude brechtiana ao longo do século. Seguindo Adorno, e sem esquecer as objeções anteriores, Roberto vai além e prefere apostar numa análise formal das peças, cuja verdade "não estaria nos ensinamentos transmitidos, nos teoremas sobre a luta de classes, mas na dinâmica objetiva do conjunto, de que eles e a própria atitude didática seriam uma parte a interpretar, e não a última instância" (p. 133). Note-se aqui que, além da inspiração de Adorno, a análise feita por Roberto d'A *Santa Joana dos Matadouros* é muito semelhante no estilo à que Antonio Candido faz d'O *cortiço*. O Brecht que sai dela, justamente pela maestria no uso satírico da melhor lírica alemã, não deixa de ser complexo, de propor enigmas e de fazer pensar, em que pese a passagem do tempo.

No campo da teoria social, *Seqüências brasileiras* mostra que o marxismo sofreu avarias mas não morreu. Alguns meses antes do golpe que marcaria o fim da União Soviética, um debate no Cebap reuniu vários intelectuais para discutir os destinos do socialismo⁸. Roberto apontou então que nos últimos vinte anos as objeções ao capitalismo faziam figura de disparate, por fundadas que fossem, já que as limitações do mundo socialista eram piores. Entretanto notava que na "quase ausência de socialismo, com o capitalismo ocupando todo o campo, penso que a tendência a analisar sociedades separadamente — essa sociedade capitalista deu certo, aquela não deu — vai ficar em dificuldade. Essa tendência talvez se dissolva, a bem de uma tentativa novamente global. Não que seja a mesma das análises clássicas, mas vai haver motivos para enxergar o capitalismo novamente como uma forma global, como o nexo global do mundo contemporâneo, do qual fazem parte tanto as sociedades que deram certo como as que deram horrorosamente errado. Nós vamos voltar a uma visão de conjunto desse processo, o que, até onde vão minhas luzes, é um modo mais real de encarar a atualidade".

Na mesma época um livro publicado na Alemanha, *O colapso da modernização*, retomava Marx (inclusive na inspiração da escrita), o pessimismo da Escola de Frankfurt e a análise globalizante, tudo em linha com o projeto que, da periferia, Roberto vinha pondo em prática desde 1970. Sem que um soubesse

(8) Ver "Adeus ao socialismo?". *Novos Estudos*. São Paulo: Cebap, n° 30, julho de 1991.

do trabalho do outro, mas unidos pelo materialismo, Robert Kurz e Roberto Schwarz contribuíam para a constelação crítica necessariamente mundial que o capitalismo requer. Apontando as semelhanças e diferenças inevitáveis, uma comparação da obra de ambos renderia um estudo à parte. Mas é interessante notar que a fidelidade dos dois à tradição mais crítica do legado de Marx deu-lhes força para olhar de maneira desabusada e realista (isto é, em conjunto) para as experiências e alienações do centro capitalista e sua periferia, bem como do bloco socialista. Embora muita gente tenha torcido o nariz para o livro de Kurz, o mundo de hoje — Brasil inclusive — tem confirmado em muitos pontos seu diagnóstico.



No conjunto impressionante de observações feitas por Roberto, a tônica está no esvaziamento do teor crítico em praticamente todos os âmbitos, em escala crescente de complexidade, esvaziamento cujo avesso seria a mobilização promovida/consentida pelo imobilismo. O mundo contemporâneo ressoa no livro.

Como nos grandes escritores modernos, o desempenho da ensaística de Roberto estaria ancorado em e daria a ver um amplo movimento histórico de fundo. Quem acompanhar as mudanças de estilo entre seu primeiro livro e o mais recente certamente notará a grande diferença. Uma explicação rasteira mencionaria a força da idade, o literato maduro sucedendo o jovem brilhante. Outra explicação possível seria dizer que a prosa de Roberto foi ficando parecida com a de mestre Antonio Candido, embora a prosa deste, clara e leve como certas águas minerais, tenha um toque de oralidade que não se encontra na do primeiro, mais retesada. Em ambos os casos, contudo, a clareza e a simplicidade alcançadas não são apenas questão de estilo e ganham atributos novos à luz de hoje. Parecem enfrentar com lucidez máxima o conjunto enorme de obstáculos e alienações que a situação periférica impõe ao intelectual de esquerda.

Em *A sereia e o desconfiado*, de 1965, a prosa abelhuda e nervosa tem a estridência daqueles anos, além do tom combativo dos bons textos de esquerda. Raciocinantes, procuram mostrar o interesse da arte como conhecimento, um campo onde a esquerda em geral não costumava ter bons modos. Nessas análises extraordinárias, a dimensão estritamente literária da

prosa fica bastante saliente. O contravapor de 1968 e os esvaziamentos seguintes modificaram tudo (tornando Roberto mais adorniano e menos lukacsiano), obrigaram a refletir e parecem ter escolado outra escrita, diferente no tom e na sintaxe. Vale aqui o que o próprio Roberto escreveu a respeito da prosa de Helena Morley, a qual "reúne atributos que os nossos dias tornaram impossíveis: clara, sem ser árida, cheia de ressonâncias, mas alheia a conotações difusas ou inexatas; bonita, embora não rompa o contato com a realidade prática, além de não perfumar a sua flor ou poetizar o seu poema, para lembrar o célebre mandamento — poetizante e enfático pela via inversa — de João Cabral"⁹. Enfim, uma prosa que convida à avaliação tanto quanto possível sóbria dos desencantos, impasses e da barbárie presente, praticando sistematicamente o necessário "distanciamento em aberto"¹⁰, na falta de suporte material para uma virada que superasse o capitalismo. A bem da verdade, a prosa de Roberto teria mudado por necessidade histórica e responde salvo engano aos esvaziamentos que analisa.



Como se não bastasse, tudo que foi dito acima conflui para análises agudas e concisas de dois romances brasileiros que mostram a enrascada de nosso fim de século. O crítico mais que tarimbado joga luz desta vez sobre *Estorvo* (1991), de Chico Buarque, e *Cidade de Deus* (1997), de Paulo Lins.

Em ambos os romances, com seu tanto de pesadelo, vemos ou entrevemos o Brasil contemporâneo nu e cru. Sua classe dominante selvagem e sempre impune, o narcotráfico tomando conta das favelas num remoinho de violência, as frustrações seculares que parecem não ter solução à vista, tudo sob o signo da mídia jogando purpurina sobre o desastre. Na trajetória circular e cega das personagens está pressuposta uma periodização histórica, a do ciclo de promessas de nosso desenvolvimentismo falho. "Assim, depois dos tempos em que a pobreza ignorante seria educada pela elite, e de outros tempos em que os malfeitos dos ricos seriam

(9) "Outra Capitu". In: *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 132.

(10) Um bom exemplo encontra-se na análise do episódio do roubo dos ovos em *Minha vida de menina* (ibidem, pp. 117-121).

sanados pela pureza popular, chegamos agora a um atoleiro do qual ninguém quer sair e em que todos se dão mal" (p. 180)

Se o livro de Chico Buarque parece descrever as andanças aleatórias de um veterano de 68 (sem lugar no Brasil de hoje), além de literariamente mais "acabado" que o de Paulo Lins, *Cidade de Deus* é novo na concepção e no ponto de vista. Tendo como ponto de partida uma pesquisa sobre "Crime e criminalidade no Rio de Janeiro", no âmbito universitário, o livro foge dos padrões correntes e carrega para a ficção "energias artísticas novas, que não cabem na noção acomodada de imaginação criadora que a maioria de nossos escritores cultiva" (p. 168). Daí seu tom peculiar, que destoa bastante de nossos critérios do que seja uma "prosa bem feita". Um tanto de enquete naturalista. Outro de relatório científico. Trocadilhismo concretista em versão abundante. Tudo numa prosa agilíssima. "Com sua carga de modernidade degradada e alienada, a mescla é muito consistente e faz parte real, como se sabe, do universo de suas vítimas, que a despeito do abandono há muito tempo vivem em território trabalhado, para não dizer melhorado, pelo progresso" (p. 169).

O tecido discursivo sem última palavra faz pensar na convivência de pontos de vista de *O cortiço* (cuja análise de Candido é aqui retomada e reatualizada por Roberto), e tenta adivinhar as novas relações em curso no presente. E que forçosamente nos esperam num futuro próximo. "Assim, o trabalhador, o malandro, o bicho solto, o cocota, os rapazes do conceito e a polícia não se definem

para sempre, cada qual por si: são elementos, em parte antigos, de uma estrutura em formação, a pesquisar e adivinhar" (p. 169).

As ações de *Estorvo* e *Cidade de Deus* passam ambas no Rio de Janeiro. Talvez não por acaso, pois o significado dessa cidade para o imaginário do Brasil democrático continua vivo (como e por quê?). Longe da São Paulo que sempre ostentou sua importância econômica de feição monstruosa, ou de Brasília, uma ilha de política no descampado do Planalto Central, periférica econômica e culturalmente. Em relativo contraste com as duas (figuras enfáticas de nossa modernização falhada), de 1763 a 1960 São Sebastião do Rio de Janeiro foi sede do Vice-Reinado, capital do Império e da República, e por isso o centro da vida econômica, política e cultural brasileira (com seus cafés e botequins). Nela, o Brasil era pensado como Brasil. Perfeita para cartão-postal, a cidade encravada numa paisagem espantosa foi desde sempre cantada por viajantes, por poetas passadistas e modernistas, pelo cancionista popular, por brasileiros de todas as províncias que a escolheram para nela viver. Mas no tempo de Machado de Assis o Rio abrigava também, além de suas belezas, a maior concentração urbana de escravos desde o fim do Império Romano. Hoje suas encrencas, violência e pobreza são endêmicas. Estação derradeira, o Rio é o melhor retrato do Brasil que poderia ter sido e que não foi.

Milton Ohata é doutorando no Departamento de História da FFLCH-USP e foi bolsista do Cebrap.